

1 ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO
2 ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO

3 Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às 14 horas na
4 sala de reunião da SEMARH, a **Presidente Meire Carreira** deu boas-vindas
5 aos conselheiros e convidados, ressaltou a importância do Conselho e da
6 participação de todos os conselheiros: **Aldo Araújo de Azevedo** (Secretário
7 Executivo CERH), **Vanessa Aires Sardinha Sousa** (Instituto Natureza
8 Tocantins - NATURATINS), **João Gomes Barbosa** (Secretaria do
9 Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO), **Linda Marta Arantes**
10 **Beirigo**(Secretaria da Fazenda-SEFAZ), **Wendell Soares Pachenco**
11 (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e
12 Cultura – SEDEN), **Ricardo Garbaccio**(Secretaria da Infraestrutura, Habitação
13 e Serviços Públicos – SEINF), **Cecília Amélia Miranda Costa** (Secretaria do
14 Planejamento e Orçamento – SEPLAN), **Bruna Rodrigues Borges** (Secretaria
15 da Saúde – SESAU), **Sulamita Barbosa Carlos Polizel** (Procuradoria Geral do
16 Estado – PGE), **Marli Teresinha dos Santos** (Ministério Público Estado –
17 MPE), **Michele Ribeiro Ramos** e **Nelita Gonçalves Faria de Bessa**
18 (Comunidade Científica – UNITINS/UNIRG), **Jéssica Lopes Cuevas**
19 (Companhia de Saneamento do Tocantins – BRK Ambiental), **José Carlos**
20 **Senhorini** (Federação da Agricultura do Estado do Tocantins – FAET),
21 **Rodrigo Martins Ribeiro** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
22 Estado do Tocantins – CREA/TO), **Pedro Alves da Silva** (Administração das
23 Hidrovias do Araguaia e Tocantins – AHITAR) e **João Carlos Lopes**
24 (Organização Não-Governamental – Grupo Raiz da Terra), informando que
25 será uma pauta enxuta e relativamente tranquila, 1. Abertura; 2. Ordem do dia:
26 I. Aprovação da Ata da 32ª Reunião Ordinária; II. Apreciação do Plano de
27 Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - exercício
28 2018; III. Apreciação do Calendário de Reuniões Ordinárias do CERH/TO para
29 o exercício 2018; IV. Apresentação do Projeto PRODOESTE, pelo
30 representante da SEPLAN. 3) Palavra livre; 4) Encerramento. Foi solicitada
31 pela Secretária **Meire** uma proposta de inserção de uma nova pauta para que
32 todos os conselheiros possam decidir sua aprovação ou não. Essa nova pauta
33 é sobre um Projeto de Lei que há alguns anos vem tramitando no Senado, mas
34 que em determinados momentos ele volta ao cenário da Comissão. Esse
35 Projeto de Lei 315/09 é do Senador Cidinho Santos (PR-MT), cita que no dia
36 22/11/17 esse Projeto de Lei foi aprovado na Comissão de Constituição e
37 Justiça. A proposta é que seja feita através do Conselho uma moção contrária
38 a esse Projeto de Lei, caso seja aprovada essa nova pauta, será exposta essa
39 nova proposta para assim poder ser dado andamento. I. Ata aprovada por
40 unanimidade. II. O Secretário Executivo **Aldo** agradece a presença de todos e
41 reforça que devido à demora de liberação do orçamento e a urgência de
42 algumas ações, o Plano de Aplicação foi adiantado, para que assim o ano
43 seguinte possa começar de forma mais tranquila. Salaria também que o
44 CERH não tem a função de ser um órgão fiscalizador, mas sim deliberativo

45 porque segundo a lei, é necessário que se faça uma previsão orçamentária e o
46 conselho prioriza as ações de aplicação dos recursos do Fundo. Cita que a
47 partir desse ano não estão sendo feitas licitações de projetos anuais, pois é
48 muito difícil fazer uma licitação e executar o projeto no mesmo ano, devido a
49 isso as execuções do ano vigente foram céleres. Após a apresentação do
50 Comitê de Bacias, **Marli** (MPE) observa que dos R\$2.800.000,00 (dois milhões
51 e oitocentos mil Reais) apresentados, R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos
52 mil Reais) são para custeio da SEMARH e que dois anos atrás já havia sido
53 comentado que todo custeio deveria ser retirado da própria Secretaria e não do
54 Fundo Estadual dos Recursos Hídricos, mas que esse ano o valor repassado é
55 de mais de 30%. Propõe que todo esse alto custeio seja vinculado a uma meta,
56 cita uma demanda urgente que é o Plano de Bacia do Rio Sono, que se
57 encontra na mesa do promotor de justiça onde há o pedido da não implantação
58 da Usina Hidrelétrica no Rio Sono, pois de acordo com o Plano Nacional de
59 Recursos Hídricos essa liberação pode ser antecipada até o ano de 2025,
60 desde que tenha o Plano de Bacias do Rio Sono e que é sabido que esse
61 Plano não foi executado porque não era uma bacia com grandes conflitos
62 mesmo diante da proposição da construção da Usina, a bacia passou a ter uma
63 maior exigência. Reforça ainda que já que está no terceiro ano que a SEMARH
64 vem recebendo os custeios do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos, que
65 sejam colocadas metas ligadas aos Recursos Hídricos, porque se não o que é
66 de obrigação do Tesouro do Estado financiar acaba não financiando, pois o
67 Fundo repassa as verbas à Semarh. De posse da palavra, o Secretário
68 Executivo **Aldo** justifica que a verba não é só da SEMARH, mas também da
69 estruturação e fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de
70 Recursos Hídricos. Informa que o sistema é composto pelo Conselho, Comitê
71 de Bacias, SEMARH, NATURATINS e pelos órgãos municipais de meio
72 ambiente que financiam a Semana da Água, Semana do Meio Ambiente,
73 Semana da Árvore, entre outras, além do incentivo ao combate às queimadas e
74 eventos diversos no que se refere ao meio ambiente, sendo assim não é só de
75 custeios da SEMARH. A Secretária **Meire** reforça que todos os custeios já
76 estão atrelados a metas, porque está sendo seguido um padrão de orçamento
77 que o Fundo segue do próprio Estado, dá o Projeto Barraginhas como exemplo
78 onde todos os gastos com passagens aéreas, diárias, estão atrelados às metas
79 até porque o RURALTINS é o executor da ação, logo, a SEMARH dá todo o
80 apoio necessário com os custeios. Elucida que quando é falado de: apoio aos
81 comitês, realização da Semana da Água, Semana do Meio Ambiente e eventos
82 voltados à educação ambiental é porque estão atreladas as metas. Cita que
83 desde o ano de 2016 a PGE exige da SEMARH que conste em ata a ação
84 específica e consequentemente o detalhamento da mesma. O Secretário
85 Executivo **Aldo** finaliza a explanação das ações do Fundo e agradece a
86 atenção. **Nelita** (UNITINS/UNIRG) entende o estabelecimento de metas dentro
87 dos projetos, cita a questão colocada pela conselheira **Marli** (MPE) e sugere a
88 inserção de metas estruturantes, pois o próprio Estado enquanto política de

89 estratégia dos Recursos Hídricos no seu ciclo de governança precisa de um
90 indicador em relação ao desmatamento, oferta hídrica, ou seja, indicadores
91 macros e assim visualizar os investimentos como um todo. A Secretária **Meire**
92 reafirma que o Estado e as Secretarias têm planos estratégicos e que de 4 em
93 4 anos todos são realizados pela SEPLAN, além de todas as ações macro
94 terem indicadores. Então quando a SEMARH inicia um processo e finaliza com
95 a execução financeira é necessário que se cumpra o indicador e o fundo faz
96 parte dessa mesma estrutura, cita que no ano de 2015 foi feita uma revisão no
97 Plano Estratégico e algumas metas foram inovadas em função do CAR
98 (Cadastro Ambiental Rural). Colocou em votação o Plano de Aplicação do
99 Fundo de Recursos Hídricos e foi aprovado pela maioria. Ainda com a palavra,
100 Secretária **Meire** propõe a inserção de uma nova pauta (Moção CERH contra o
101 Projeto de Lei do percentual de compensação repassado aos Estados) para a
102 aprovação do Conselho que foi aprovada pela maioria. O Secretário Executivo
103 **Aldo** relata que a proposta em questão é para aumentar o percentual de
104 repasse dos municípios em detrimento aos Estados, mas que é sabido que
105 atualmente os municípios aplicam muito pouco do que lhes é repassado da
106 compensação financeira, já o Estado aplica em todos os municípios, por isso
107 se diz contra a diminuição de 20%, limitando mais ainda a capacidade de
108 investimento do Estado em todos os municípios, independente se possuem
109 reservatório ou não. A Secretária **Meire** complementa que os recursos de
110 compensação financeira repassados pela utilização dos Recursos Hídricos são
111 repassados tanto ao Estado quanto aos municípios e que não são obrigados
112 por lei federal a investirem esse recurso. Após a leitura da minuta, foi colocada
113 em votação para o encaminhamento da moção e foi aprovada unanimemente.
114 **III. Calendário apresentado e aprovado por todos os membros. IV. Marcus**
115 **Carlos** (SEPLAN) faz uma breve apresentação do PRODOESTE (Programa de
116 Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins) onde toda sua
117 estrutura fazia parte da Secretaria da Agricultura, mas que no final de 2016 foi
118 transferido para a SEPLAN por questões logísticas e pela experiência que a
119 SEPLAN já possui com o Banco Mundial e Banco Interamericano (BID). Em
120 2012 foi identificada pelos bancos e pela equipe técnica uma prioridade, a
121 aplicação de recursos para desenvolvimento de estudos e posteriormente
122 obras na bacia do Rio Pium, mas também a segunda e terceira etapa na bacia
123 do Rio Xavante, Urubu e Dueré que estão sendo pleiteadas junto ao Banco
124 Mundial. A bacia no Rio Pium possui 2 grandes barragens, que seriam feitas na
125 parte mais alta da bacia para que as áreas alagadas se tornassem áreas
126 menores, possibilitando uma ampliação de área cultivada. Cita que atualmente
127 há uma área de 300 mil hectares atendida com a implementação do projeto,
128 tendo assim de uma a uma safra e meia anual, mas que a intenção é de
129 aumentar a área produtiva para 750 mil hectares, chegando assim a até duas
130 safras e meia por ano. Salienta que a grande fonte de renda do Tocantins vem
131 da agricultura, e a região sudoeste em específico permite o uso intensivo da
132 agricultura nas áreas que já são licenciadas e permite também o

desenvolvimento econômico que pode beneficiar um número maior de habitantes. Explica que a situação atual do PRODOESTE é contratual, de aprovação pelos Bancos onde todos os projetos executivos foram aprovados, restando somente à aprovação do Tribunal de Contas do Estado que audita junto aos bancos num convênio feito entre eles. Uma das exigências que os bancos fizeram foi que o Estado fizesse um plano de reassentamento definitivo, porque o Estado tem que desapropriar parte da área, que será alagada. **Marli** (MPE) pergunta a duração da obra, da licitação e se a fase contratual termina no primeiro semestre de 2018, **Marcus** responde que, em relação à fase contratual os bancos possuíam uma previsão de até março de 2018, no entanto o Governo Federal não liberou o enquadramento dos Estados em tempo hábil, havendo assim uma estimativa de o contrato estar pronto até o fim do primeiro semestre de 2018. Já a duração da obra girava em torno de 36 meses, mas com as alterações pedidas pelos bancos pode chegar a até 48 meses. Responde ainda que a licitação de uma obra como essa junto aos bancos pode levar 6 meses. 3) A secretária **Meire** faz citação ao Projeto Legado, que é uma proposta construída no âmbito do Governo Federal com participação dos Estados, Academias e Sociedade Civil. Menciona que o Brasil evoluiu muito nas últimas 2 décadas na gestão de recursos hídricos, sendo construídos muitos diagnósticos e elaborados marcos regulatórios no País de uma forma geral. Informa que todas as informações sobre o Projeto Legado se encontram no site da ANA (Agência Nacional das Águas), diz que é de suma importância todos se envolverem com esse projeto, pois tudo culmina com a melhoria da gestão regional e irá enviar via e-mail a todos sobre o Projeto Legado. O Secretario Executivo **Aldo** complementa que durante a crise hídrica vivida pela Bacia Tocantins/Araguaia, a SEMARH participou de 7 reuniões quinzenais via videoconferência realizadas pela ANA em Brasília. Que fazia os diagnósticos das respectivas bacias e então cada Estado relatava se estavam cumprimento as obrigações pertinentes. 4) A Secretária **Meire** agradece a presença de todos, deseja um Feliz Natal e dá por encerrada a reunião.

Luzimeire Carreira

Aldo Araújo de Azevedo

Presidente Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Luzimeire Carreira	
	Aldo Araújo de Azevedo	
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Herbert Brito Barros	
	Vanessa Aires Sardinha Sousa	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	Pref. Joaquim Maia Leite Neto	
	Pref. Wanilson Coelho Valadares	

Secretariado Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO	Antônio Cássio Oliveira Filho	<i>Antônio Cássio Oliveira Filho</i>
	João Gomes Barbosa	
Secretaria da Fazenda- SEFAZ	Linda Marta Arantes Beirigo	<i>Linda Marta A. Beirigo</i>
	Idiane Abreu Cabral	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN	Wendell Soares Pachenco	
	Graziela Macedo Cortez	
Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINF	Ricardo Garbaccio	
	Luiz Antônio Flores Resstel	
Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN	Rodrigo Sabino Teixeira Borges	<i>Rodrigo Borges</i>
	Cecília Amélia Miranda Costa	
Secretaria da Saúde - SESAU	Edna Moreira Soares	
	Bruna Rodrigues Borges	<i>Bruna R. Borges</i>
Procuradoria Geral do Estado - PGE	Sulamita Barbosa Carlos Polizel	<i>Sulamita B. Polizel</i>
	Márcio Junho Pires Câmara	
Ministério Público do Estado do Tocantins - MPE	Marli Teresinha dos Santos	<i>Marli</i>
	Jair Kennedy Félix Monteiro	
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL do Estado do Tocantins	Dep. Valderéz Castelo Branco Martins	
	Dep. Valdemar Rodrigues Lima Júnior	
UNITINS	Michele Ribeiro Ramos	<i>Michele</i>
UNIRG	Nelita Gonçalves Faria de Bessa	
Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água - BRK Ambiental	Jéssica Lopes Cuevas	<i>Jéssica Lopes Cuevas</i>
	Paulo de Tarso Pereira Bandeira	
Concessionária de Fornecimento de Energia Elétrica - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Miguel Pinter Júnior	
	Mauricio Teles Azevedo	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	Carlos Ribeiro Soares	<i>Carlos Ribeiro Soares</i>
	José Carlos Senhorini	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Antônio Batista de Sá	
	Mariane Xavier dos Santos	
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	
Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins - CI - LAGO	Davis Miranda de Souza	
	Marcos Aires Rodrigues	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA - TO	Rodrigo Martins Ribeiro	
	Carlos Danger Ferreira e Silva	
Administração das Hidrovias do	Paulo Vinicius Matos Barreto	

Tocantins e Araguaia - AHITAR	Pedro Alves da Silva	
Grupo Raiz da Terra	João Carlos Lopes	
Instituições Ausentes		
Associação Tocantinense de Municípios - ATM		
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL do Estado do Tocantins		
Concessionária de Fornecimento de Energia Elétrica - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A		
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET		
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO		
Consórcio Intermunicipal do Lago UHE Lajeado – CI LAGO		

163

164

Subamitar

